



INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.

CNPJ/MF nº 02.258.422/0001-97

NIRE nº 35.3.0035368-4

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
Assembléia Geral Ordinária de 29 de abril de 2014

- COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

(Conforme item 10 do formulário de referência – artigo 9º da Instrução CVM nº 481)

- PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

(Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481)

- INFORMAÇÕES SOBRE OS INDICADOS PELO ACIONISTA CONTROLADOR DA COMPANHIA PARA COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

(conforme os itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência – artigo 10 da Instrução CVM 481)

- INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(conforme item 13 do Formulário de Referência – artigo 12 da Instrução CVM 481)



INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.

CNPJ/MF nº 02.258.422/0001-97

NIRE nº 35.3.0035368-4

Índice	Página
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA.....	A 4
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO	18
INFORMAÇÕES SOBRE OS INDICADOS PELO ACIONISTA CONTROLADOR DA COMPANHIA PARA COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA.....	19
INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES.....	22



INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.

CNPJ/MF nº 02.258.422/0001-97

NIRE nº 35.3.0035368-4

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

A Diretoria da Inepar Equipamentos e Montagens S.A., vêm apresentar aos acionistas a seguinte proposta, a ser objeto de deliberação em Assembléia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada, em primeira convocação, em 30 de abril de 2014 (“AGO”).

Serão tratados em Assembléia Geral Ordinária os seguintes temas:

- a) Exame, discussão e votação do relatório da Administração, das contas e das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, acompanhado do parecer dos Auditores Independentes;
- b) Destinação do resultado do exercício, e,
- c) Eleição dos membros da Diretoria e fixação da respectiva remuneração.

A Diretoria da Companhia sugere a aprovação da contabilização do prejuízo apurado apresentado no exercício findo em 2013, no valor de R\$ 46.555.794,42 para conta de prejuízos acumulados.

Encontram-se à disposição dos senhores Acionistas, na sede social da Companhia:

- (i) o Relatório da Administração;
- (ii) as Demonstrações Financeiras;
- (iii) o Parecer dos Auditores Independentes.

Ainda, encontram-se disponíveis no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), além dos relatórios acima citados, aqueles a seguir identificados:

- (iv) formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013;
- (v) Comentário dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia (Item 10 do Formulário de Referência);
- (vi) Todas as demais informações requeridas pelas instruções CVM 480/09 e 481/09.

São Paulo, 28 de março de 2014.

Atilano de Oms Sobrinho
Diretor Presidente

**COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE
A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA**

(Conforme Item 10 do Formulário de Referência – artigo 9 da Instrução CVM 481)

10.1 – Comentários sobre:**a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:**

A Inepar Equipamentos e Montagens S.A. (“IEM”), desde o ano de 2004 concentrou e transferiu suas atividades operacionais e mercadológicas na sociedade coligada Iesa Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. (“Iesa Projetos”), da qual participa em 25,40% no seu capital. O plano de concentrar as atividades na Iesa Projetos fez parte da reestruturação que a nossa controladora Inepar S.A. Indústria e Construções promoveu em todas as empresas controladas, ligadas à fabricação e fornecimento de bens de capital e serviços para infra-estruturar, pois através da Iesa Projetos foi possível adequar os objetivos com foco em redução de custos e adequação à realidade de mercado, de forma eficiente e competitiva.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A atual estrutura de capital da Companhia, seja próprio e de terceiros, é considerada adequada para as atividades operacionais normais.

i. Hipóteses de resgate

Não há previsão nem autorização para esta finalidade até o presente momento.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A empresa apresenta em suas demonstrações financeiras um passivo assumido em 2011 através da ata da 27ª Assembléia Geral Extraordinária, onde a Inepar aprovou o reescalonamento dos débitos junto ao BNDES, assumindo o compromisso de efetuar a amortização dos débitos em 120 prestações mensais, acrescidos de juros de 4% a.a acima da TJLP, apresentando em 31 de dezembro de 2013 um saldo devedor de R\$ 183,7 milhões de reais.

Com relação aos débitos tributários junto à Receita Federal a empresa efetuou novo pedido de parcelamento do Refis de acordo com a Lei nº 12.865, de 09 de outubro de 2013, e aguarda a consolidação da dívida para pagamento em 180 meses, cujo saldo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 32,9 milhões de reais. Os pagamentos tiveram início em dezembro de 2013.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A fonte de financiamento para capital de giro é gerada através dos dividendos recebidos da empresa coligada Iesa Projetos.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Não se aplica.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A dívida refere-se somente ao saldo das debêntures de R\$ 183,7 milhões, e ao parcelamento das dívidas tributárias através do REFIS, conforme item c) acima

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e

Não se aplica.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Alterações dos valores registrados na conta de Títulos e valores imobiliários, conforme determinação da CVM, efetuamos a baixa dos registros contábeis.

O balanço de 2012 está sendo reapresentado.

Efetuamos também ajustes na conta de impostos e contribuições a recolher, tendo em vista o novo pedido de parcelamento formulado junto à RFB, por conta da reabertura do parcelamento conforme Lei nº 12.865, de 09 de outubro de 2013.

10.2 – Resultados operacionais e financeiros

a) Resultados das operações do emissor:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Conforme descrito no item 10.1a

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado do período foi de prejuízo no montante de R\$ 46.556 milhões, gerado principalmente pela baixa dos Títulos da Dívida Pública e também pela equivalência patrimonial da sua coligada IESA Projetos Equipamentos e Montagens, que apresentou resultado negativo de R\$ 90.751 milhões.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não se aplica.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Não se aplica.

10.3 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras e em seus resultados:**a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não se aplica

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Conforme comunicado ao mercado a empresa irá alienar em 2014 sua participação de 25,4% no capital da Ilesa Projetos, Equipamentos e Montagens S/A.

Conforme Assembléia Geral Extraordinária da empresa realizada em 11 de fevereiro de 2014 e fato relevante veiculado na mesma data, a empresa se comprometeu em vender a sua participação de 25,4% no capital da Ilesa Projetos para à Inepar Telecomunicações S.A., sob condições suspensivas, as quais incluem (a) o consentimento de terceiros e (b) a aprovação dos acionistas da Inepar Telecomunicações, nos termos do artigo 256 da Lei 6.404/76.

c) Eventos ou operações não usuais

Não se aplica.

10.4 – Mudanças significativas nas práticas contábeis**a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não se aplica.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**i) Parcelamento especial – Lei nº 12.865/13**

Conforme descrito na nota explicativa nº 16 às Demonstrações Contábeis, a Companhia, amparada pela Lei de reabertura do Refis (Lei nº 12.865/13 de 09 de outubro de 2013) solicitou nova inclusão de seus débitos previdenciários, impostos e contribuições federais consolidados junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil. A consolidação de débitos foi efetuada com apoio de consultores jurídicos especializados e resultou na reversão de valores anteriormente registrados no passivo circulante em montante de R\$ 66.235 mil. Desse montante, conforme mencionado na nota explicativa nº 5, R\$ 61.890 mil foram imputados a exercícios anteriores a 2011 e R\$ 4.345 mil ao resultado do exercício de 2012 já que foram considerados erros na apuração dos débitos incluídos no parcelamento original. Até o momento de emissão deste relatório de opinião, referida solicitação não havia sido deferida e homologada pela Receita Federal do Brasil, dessa forma não temos como concluir sobre a adequação da reversão de passivos efetuada.

ii) Continuidade operacional

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às Demonstrações Contábeis, a Companhia, desde o ano de 2004, concentrou e transferiu suas atividades operacionais e mercadológicas na sociedade coligada IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., na qual participa em 25,40 % do capital. A partir desse momento, sua principal receita passou a ser de locação de seu ativo imobilizado à coligada. A Companhia, no exercício

de 2013, apresentou prejuízo líquido de R\$ 46.556 mil e passivo circulante excedente em relação ao ativo circulante em R\$ 44.510 mil. Além disso, seu principal ativo, que representa 76% do ativo total, corresponde a mútuo a receber da Controladora em montante de R\$ 314.790 mil, tem liquidação incerta quanto a prazos e forma. Esse cenário gera incertezas quanto a capacidade financeira da Companhia liquidar suas obrigações registradas no passivo circulante. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e à classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando.

Opinião

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos que poderiam advir dos assuntos descritos no parágrafo Base para a opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inepar Equipamentos e Montagens S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IAS.

Ênfases

i) Evento subsequente – venda de participação em coligada

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às Demonstrações Contábeis, em 11 de fevereiro de 2014 foi firmado com a empresa ligada INEPAR Telecomunicações S.A. Contrato de Compra e Venda de Ações, em que a Companhia vende sua participação de 25,4% no capital social da IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A..

ii) Diferença entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Inepar Equipamentos e Montagens S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão

adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

a) Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2012 originalmente apresentadas
As demonstrações contábeis do exercício de 2012 originalmente apresentadas foram por nós auditadas e sobre elas emitimos relatório de auditoria, datado de 28 de março de 2013, contendo ressalva e ênfases que reproduzimos a seguir:

Ressalva

Títulos da Dívida Pública Federal

Conforme descrito na nota explicativa nº 11, a Empresa recebeu de sua controladora ativos financeiros relacionados aos direitos sobre títulos da dívida pública federal no montante atualizado de R\$ 319.074 mil (R\$ 556.974 mil em 2011), sendo que parte foi utilizada para aumento de capital e o restante registrado em um passivo de mútuo a pagar, cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 78.946 mil (R\$ 67.944 mil em 2011). Estão sendo pleiteados em vias judiciais o valor atualizado de cada título, e o direito de utilização destes títulos na compensação de tributos e contribuições federais. O reconhecimento e a consequente realização do valor atribuído a este ativo financeiro dependem de decisões nas ações judiciais que estão em curso. Nas demonstrações contábeis, em função da possibilidade de devolução dos títulos recebidos através de mútuo para a controladora, caso não seja possível sua utilização, a Empresa, do montante atualizado, reduziu saldo de mútuo passivo, resultando no valor líquido de R\$ 240.128 mil (R\$ 489.030 mil em 2011).

O item objeto desta ressalva foi resolvido pela baixa dos referidos títulos e consequente reapresentação das demonstrações contábeis de 2012, mencionada na nota explicativa nº 5.

Ênfases

Títulos e Valores Mobiliários - FIDC

Conforme descrito na nota explicativa nº 11, encontram-se registrados em 31 de dezembro de 2012 na rubrica Títulos e Valores Mobiliários, saldos de R\$ 14.074 mil (R\$ 10.809 mil em 2011) no grupo de ativo circulante e de R\$ 7.037 mil (R\$ 10.810 mil) no grupo de ativo não circulante, referentes a cotas subordinadas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios – FIDC. Não foram comercializadas cotas subordinadas no mercado, sendo todas elas de propriedade da Inepar S.A. Indústria e Construções e suas investidas. Conforme descrito na mesma nota explicativa, o prazo de amortização das cotas é de 6 anos, em parcelas semestrais a partir de 28/12/2009, tendo sido amortizada apenas a primeira parcela referente as cotas subordinadas. Os direitos creditórios do referido Fundo incluem créditos vencidos e não pagos nas datas originais de vencimento, objetos de discussão judicial, os quais encontram-se registrados pelo seu valor de custo de aquisição, que considera a chance de êxito pelo advogado externo e respectivo deságio de acordo com o valor estimado de realização. Devido à natureza dos direitos creditórios, os mesmos possuem riscos relacionados à sua realização, bem como

ao seu valor de realização. Conseqüentemente, poderão ter seus valores de realização diferentes dos estimados na data-base de 31 de dezembro de 2012.

Em dezembro de 2013, as cotas detidas pela Companhia no Fundo foram transferidas para sua controladora, deixando de ser necessária a referida ênfase sobre as demonstrações contábeis de 2013.

Ênfase sobre a diferença entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, de mesmo teor que apresentada acima sobre as demonstrações contábeis de 2013.

b) Reapresentação das demonstrações contábeis de 2012

Conforme descrito na nota explicativa nº 5, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 estão sendo reapresentadas incorporando os seguintes aspectos:

- Baixa dos títulos da dívida pública federal, cujo registro havia sido objeto de ressalva em nosso relatório sobre as demonstrações contábeis de 2012 originalmente apresentadas. Auditamos e concordamos esse ajuste.
- Redução do passivo referente ao parcelamento especial da Lei nº 12.865/13: Em função da inexistência de homologação da Secretaria da Receita Federal sobre a referida renegociação, tal registro está sendo objeto de ressalva sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013.

10.5 – Políticas contábeis críticas

No processo de convergência ao IFRS (*International Financial Reporting Standards*) conforme as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as principais mudanças com impactos sobre as políticas contábeis adotadas pela empresa foram:

- a)** A mensuração de determinados ativos financeiros disponíveis para venda, pelo valor justo, com a contrapartida registrada diretamente no patrimônio líquido.
- b)** O reconhecimento da receita de vendas pelo seu valor justo, com o respectivo ajuste a valor presente das contas a receber de longo prazo e de curto prazo quando relevantes.
- c)** O ajuste do custo de aquisição de ativos e da contratação de serviços ao valor justo, com o respectivo ajuste a valor presente das contas a pagar de longo prazo e de curto prazo quando relevantes.
- d)** A realização de testes de recuperabilidade dos ativos nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01, sempre que houver indicações internas ou externas de que estes possam estar desvalorizados.

e) Criação da conta de ajuste de avaliação patrimonial para contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

f) A Avaliação do valor justo do imobilizado para determinação do custo atribuído (*deemed cost*) e a respectiva revisão da vida útil.

Classificações de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

Compensações entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

Transações em Moeda Estrangeira

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Real (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; b) empréstimos e recebíveis; c) disponíveis para venda e d) outros ativos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes estão classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros que não se qualificam nas categorias “a” e “b” acima, posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (impairment).

d) Outros Ativos Financeiros

Neste valor estão incluídos os Títulos da Dívida Pública, recebidos da controladora para utilização na liquidação de impostos e tributos federais.

Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de

juros efetiva menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos). Normalmente na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e ajustado pela provisão para impairment se necessária.

A provisão para créditos duvidosos foi constituída sobre parcela dos valores vencidos, sendo suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.

Investimentos

Nas demonstrações financeiras da Companhia, os investimentos permanentes em sociedades coligadas, são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Imobilizado

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09, a empresa concluiu a primeira das análises periódicas com o objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo de depreciação. Para fins dessa análise, a empresa se baseou na expectativa de utilização dos bens, e a estimativa referente à vida útil dos ativos, bem como, a estimativa do seu valor residual, conforme experiência anterior com ativos semelhantes, concomitantemente apurou o valor justo desses ativos para a determinação do custo atribuído.

O valor justo apurado em 1º de janeiro de 2010 foi considerado como o custo atribuído destes ativos em 1º de janeiro de 2009, data de transição as normas internacionais de contabilidade (IFRS – International Financial Reporting Standards).

O valor justo apurado em 1º de janeiro de 2010 não difere significativamente do valor justo que o imobilizado teria em 1º de janeiro de 2009. Desta forma, a partir de 1º de janeiro de 2009, os itens do imobilizado são apresentados pelo método do custo, deduzidos da respectiva depreciação. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar.

Os custos subseqüentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

Impairment de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço e gera lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferido lançado no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social e de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são

reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los.

Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

Reconhecimento das Receitas de Vendas

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções.

A empresa reconhece a receita quando:

- i. O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e
- iii. Quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício com base no estatuto social.

Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados;
- c) impairment dos ativos imobilizados;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;

e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa.

Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estarão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e revisado em outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

10.6 – Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia possui uma área de Auditoria Interna que procede a revisão dos controles internos de acordo com o calendário ou cronograma de trabalho para cada exercício social, de forma a verificar e evidenciar a segurança e a integridade das informações gerenciais, contábeis e fiscais.

A Administração avaliou a eficácia dos controles internos da Companhia referente ao processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas em 31/12/13, que com base nesta avaliação, a administração concluiu como sendo os controles internos eficazes.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do Auditor Independente

O relatório sobre procedimentos contábeis e de controles internos referentes ao exercício de 2013 foi elaborado pelos nossos auditores e não foram identificadas deficiências relevantes nos controles internos da Companhia.

10.7 – Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica.

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica.

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica.

10.8 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet itens), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não se aplica.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não se aplica.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica.

iv. Contratos de construção não terminada

Não se aplica.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

10.9 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica.

b) Natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

10.10 – Plano de Negócios

a) investimentos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não se aplica.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Não se aplica.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia não tem a prática de divulgar antecipadamente estas informações ao mercado.

ii. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A Companhia não tem a prática de divulgar antecipadamente estas informações ao mercado.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não há.

iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

10.11 – Outros fatores com influência relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.



INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.

CNPJ/MF nº 02.258.422/0001-97

NIRE nº 35.3.0035368-4

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

(anexo 9-1-II da Instrução CVM 481)

Nos termos do Ofício-Circular/CVM/SEP/nº 001/2013, item 10.2.1, conforme decisão do Colegiado de 27/09/2011 (Processo CVM RJ2010-14687), as Companhias que tenham apurado prejuízo no exercício ficam dispensadas da apresentação das informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09.

**INFORMAÇÕES SOBRE OS INDICADOS PELO ACIONISTA CONTROLADOR DA
COMPANHIA PARA COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA**

I. Informações sobre os candidatos indicados pelos acionistas controladores para compor a Diretoria da Companhia, cumprindo mandato até a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 2014 (artigo 10 Instrução CVM 481/09).

a) Os membros da Diretoria indicados serão os seguintes:

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo ocupado	Data da eleição e data da posse	Prazo de Mandato	Indicação do controlador	Outros cargos exercidos na Companhia
Atilano de Oms Sobrinho	26/08/1942	Advogado	000.848.409-00	Diretor Presidente	29/04/2014 29/04/2014	3 anos	Sim	nenhum
Cesar Romeu Fiedler	12/01/1955	Engenheiro	274.914.719-00	Diretor Comercial	29/04/2014 29/04/2014	3 anos	Sim	nenhum
Jauneval de Oms	12/11/1945	Empresário	021.617.377-91	Diretor Administrativo Financeiro	29/04/2014 29/04/2014	3 anos	Sim	nenhum
Dionisio Leles da Silva Filho	04/07/1953	Consultor de investimentos	764.286.648-87	Diretor de Relações com Investidores	29/04/2014 29/04/2014	3 anos	Sim	nenhum

B) Fornecer as informações mencionadas no item (a) em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não há.

C) Informações sobre os membros da Diretoria.

(i) Currículo, contendo as seguintes informações:

(i.i) Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos; e

(i.ii) Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

- **ATILANO DE OMS SOBRINHO**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade nº 388.878-9 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 000.848.409-00, residente e domiciliado em São José dos Pinhais, Estado do Paraná, com endereço profissional na Alameda Doutor Carlos de Carvalho, nº 373, 11º andar, conjunto 1.101, bairro Centro, CEP: 80.410-180, em Curitiba, Estado do Paraná. Graduado Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba. Iniciou sua carreira no ano de 1978 como Diretor Geral da Inepar S.A. Indústria e Construções. Em 1984 assumiu como Diretor Presidente da holding - Inepar Administração e Participação S.A., onde permaneceu até maio de 2008. Em 1989 assumiu a presidência da Inepar S.A. Indústria e Construções, onde atuou até janeiro de 2012. Ainda foi Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração da Inepar Energia S.A. Atualmente é Diretor Presidente da Inepar Equipamentos e Montagens S.A., Presidente da Diretoria e Conselho de Administração da Inepar Telecomunicações S.A., e Presidente do Conselho de Administração da Inepar S.A. Indústria e Construções.

- **CESAR ROMEU FIEDLER**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 1.185.194 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 274.914.719-00, residente e domiciliado em Curitiba, Estado do Paraná, com endereço profissional na Alameda Doutor Carlos de Carvalho, nº 373, 11º andar, conjunto 1.101, bairro Centro, CEP: 80.410-180.

Formado como Engenheiro Mecânico pela Universidade Federal do Paraná, possui pós graduação em Administração de Companhias/Finanças e especialização em Segurança Industrial. Começou trabalhar na Organização Inepar em 1975, como programador de computadores, onde desenvolveu carreira na área de Tecnologia da Informação. Na companhia paranaense, desenvolveu uma bem sucedida carreira, passando a analista de sistemas, chefe e depois gerente do setor de projetos e análise de sistemas, diretor administrativo e, ainda, diretor de planejamento e finanças. Antes de assumir a Presidência da Inepar S.A. Indústria e Construções, ocupava a diretoria geral da Landis & Gyr Inepar, hoje Siemens Metering, em Curitiba-PR, também foi membro do Conselho de Administração Inepar Energia S.A. Atualmente é membro do Conselho de Administração da Inepar Telecomunicações S.A., Diretor Comercial da Inepar Equipamentos e Montagens S.A., Diretor Presidente da Inepar Projetos Equipamentos e Montagens S.A., e Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração da Inepar S.A. Indústria e Construções.

- **JAUNEVAL DE OMS**, brasileiro, viúvo, empresário, portador da carteira de identidade RG nº 479.964-0 SSP/PR e inscrito CPF/MF sob nº 021.617.377-91, residente e domiciliado em Curitiba, Estado do Paraná, com endereço profissional na Alameda Doutor Carlos de Carvalho, nº 373, 13º andar, conjunto 1.301, bairro Centro, CEP: 80.410-180. Formado em Ciências Contábeis pela Fundação de Estudos Sociais de Curitiba e Técnico em Contabilidade pela Com. Visconde Cayru de Curitiba. Iniciou sua carreira no ano de 1973 como Gerente Administrativo e Financeiro da Inepar Administração e Participação S.A., passando em 1984 ao cargo de Diretor Executivo e, em maio de 2008 assumiu como Diretor Presidente onde ainda permanece. Também, foi Diretor Administrativo financeiro da Inepar Energia S.A. Atualmente é Diretor sem designação específica e membro do Conselho de Administração da Inepar Telecomunicações S.A., Diretor Administrativo Financeiro da Inepar Equipamentos e Montagens S.A. e membro do Conselho de Administração da Inepar S.A. Indústria e Construções.

- **DIONISIO LELES DA SILVA FILHO**, brasileiro, casado, consultor de investimentos, portador da cédula de identidade RG nº 8.361.578-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 764.286.648-87, com endereço profissional na Alameda Jurupis nº 455, 10º andar, bairro Moema, CEP 04.088-001, em São Paulo, Estado de São Paulo. Inepar S/A. Indústria e Construções - Período: abril de 2009 (atual) - Função: Relações com Investidores. Primar Serviços de Apoio Financeiro Ltda - Período: 2006 a 2009 - Cargo: Sócio Diretor. Função: Administrador. Forte Corretora de Valores e Cambio Ltda - Período: 2004 a 2006 - Cargo: Acionista /Diretor Estatutário - Função: Diretor Geral. Cofibens Gestão de Ativos S/A - Período Fevereiro /2001 a Setembro /2004 - Cargo: Acionista / Diretor Estatutário. Função: Responsável pela administração de carteiras. Cofibens Corretora de Cambio, Títulos e Valores Mobiliários S/A - Período Julho/1999 a Fevereiro 2000 - Cargo: Diretor Estatutário - Função: Responsável pela área operacional e administração de carteiras.

D) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 (cinco) anos.

(i) Qualquer condenação criminal.

Não há.

(ii) Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas.

Não há

(iii) Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

.Não há

E) Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre administradores do emissor:

- (i) Administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;
- (i) Administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor;
- (i) Administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras, diretas ou indiretas do emissor.

Nome	Parentesco em Primeiro Grau
Atilano de Oms Sobrinho	Irmão
Jauneval de Oms	

F) Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

(i) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor.

Não aplicável

(ii) Controlador direto ou indireto do emissor.

Nome	CPF	Pessoa Relacionada (CNPJ)	Cargo na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação	Tipo de Pessoa
Atilano de Oms Sobrinho	000.848.409-00	Inepar S.A. Indústria e Construções (76.627.504/0001-06)	Presidente do Conselho	Controle	Controlador Indireto
Jauneval de Oms	021.617.377-91		Conselheiro	Controle	Acionista de Controlador Indireto
Cesar Romeu Fiedler	274.914.719-00		Diretor Presidente	Controle	Acionista de Controlador Indireto
Valdir Lima Carreiro	017.353.909-25		Conselheiro	Controle	Controlador Indireto

G) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de suas controladas ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Não aplicável.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(conforme item 13 do Formulário de Referência – artigo 12 da Instrução CVM 481)

a. Objetivos da política ou prática de remuneração.

Conselho de Administração

Remuneração Fixa

Não aplicável.

Diretoria Estatutária

Remuneração Fixa

Parcela fixa mensal, definida a partir da prática do mercado competidor, com limite máximo anual aprovado em Assembléia Geral. A remuneração fixa contratada tem o objetivo de remunerar os serviços dos diretores estatutários dentro do escopo de responsabilidade atribuído a cada um na gestão da Companhia.

Diretoria Não Estatutária

Não aplicável.

Conselho Fiscal

Remuneração Fixa

Não aplicável.

b. Composição da remuneração, indicando.

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

Diretoria Estatutária

- Salários ou pró-labore – correspondem à remuneração mensal e tem por objetivo oferecer a Contraprestação fixa pelo desempenho das responsabilidades em cada cargo;
- Participação nos resultados – correspondem à remuneração variável e tem por objetivo alinhar mais estritamente o desempenho de cada gestor com os resultados pretendidos pela Companhia.
- Benefícios diretos e indiretos – correspondem benefícios diversos tais como seguro de vida em grupo e plano de saúde tendo como objetivo dar melhores condições de qualidade de vida, trazendo como consequência uma satisfação na busca pelos resultados da organização.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total.

Os Diretores recebem a remuneração simbólica de um salário mínimo cada.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

O reajuste da remuneração da Diretoria é definido pela Assembléia. A Assembléia de acionistas não definiu metodologias de cálculo e de reajuste para cada elemento da remuneração que decidir fixar.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração.

Remunerar os profissionais de acordo com as responsabilidades do cargo, sua senioridade, práticas de mercado e nível de competitividade da Companhia.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

A Companhia não possui indicadores de desempenho para a determinação dos elementos de remuneração da Diretoria Estatutária.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

Não aplicável.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia.

A estratégia de remuneração fixa da Diretoria Estatutária da Companhia é baseada em práticas de mercado, o que permite a atração, retenção e motivação de profissionais qualificados para a implementação e operacionalização das estratégias de negócios aprovadas pelos acionistas.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

A remuneração dos diretores é suportada pela Companhia.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado a ocorrência de determinado evento societário.

13.2. Remuneração total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal:

Remuneração total do Exercício Social de em 31/12/2011 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Nº de membros	-	4	-	4
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	-	18.360,00		18.360,00
Benefícios direto e indireto	-	-	-	-
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Remuneração variável				-
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-

INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.

CNPJ/MF nº 02.258.422/0001-97

NIRE nº 35.3.0035368-4

Comissões	-	-	-	-
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	-	18.360,00	-	18.360,00

Remuneração total do Exercício Social de em 31/12/2012 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Nº de membros	-	4	-	4
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	-	29.856,00		29.856,00
Benefícios direto e indireto	-	-	-	-
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Remuneração variável				
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	-	29.856,00	-	29.856,00

Remuneração total do Exercício Social de em 31/12/2013 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Nº de membros	-	4	-	4
Remuneração fixa anual				

INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.

CNPJ/MF nº 02.258.422/0001-97

NIRE nº 35.3.0035368-4

Salário ou pró-labore	-	32.544,00		32.544,00
Benefícios direto e indireto	-	-	-	-
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Remuneração variável				-
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	-	32.544,00	-	32.544,00

Remuneração total do Exercício Social de em 31/12/2014 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	TOTAL
Nº de membros	-	4	-	4
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	-	34.752,00		34.752,00
Benefícios direto e indireto	-	-	-	-
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Remuneração variável				-
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros				
Descrição de outras remunerações	-	-	-	-

variáveis				
Pós-emprego	-	-	-	-
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações	-	-	-	-
Total da remuneração	-	34.752,00	-	34.752,00

13.3. Remuneração Variável dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal:

Não aplicável.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não aplicável.

13.5. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, por nós emitidos, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Não aplicável.

13.6. Remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária:

Não aplicável.

13.7. Informações sobre as opções em aberto detidas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Estatutária

Não aplicável.

13.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

Não aplicável.

13.9. Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 – tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

Não aplicável.

13.10. Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários:

Não aplicável.

13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal

	Diretoria Estatutária			
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Nº de membros	4	4	4	4
Valor da maior remuneração (Reais)	9.000,00	8.136,00	7.464,00	6.540,00
Valor da menor remuneração (Reais)	9.000,00	8.136,00	7.464,00	4.360,00
Valor médio da remuneração (Reais)	9.000,00	8.136,00	7.464,00	5.987,50

13.12. Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há apólices de seguro contratadas que estruturam instrumentos de remuneração ou indenização aos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Nenhum Membro da Diretoria Estatutária que recebeu remuneração no exercício de 2013 é parte relacionada aos Controladores Diretos ou Indiretos.

13.14. Remuneração de administradores e membros do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, recebido por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável.

13.15. Remuneração de administradores e membros do Conselho Fiscal reconhecida no resultado de controladores diretos e indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia

Não aplicável.

13.16. Outras informações relevantes

Não há.